Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

Ed Alves/CB



Ed Alves/CB/D.A Press



Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



As herdeiras de Bolsonaro na capital do país

Entre as estrelas políticas do Distrito Federal que se sobressaíram no governo Bolsonaro, restam três que podem crescer e manter viva a força da direita na capital do país: a deputada federal Bia Kicis (PL-DF), campeã de votos na disputa ao mandato na Câmara Federal, a senadora Damares Alves (Republicanos-DF), que surpreendeu ao derrotar Flávia Arruda (PL-DF), e a vice-governadora Celina Leão (PP). Ela mergulhou no segundo turno da campanha de Bolsonaro à reeleição, viajando o país em busca de votos femininos. As três têm mandato e espaço político para defender a bandeira bolsonarista que é forte no DF. O ex-presidente, que está inelegível até 2030, teve 58,81% dos votos no segundo turno na capital do país.

Juntos pelo Fundo Constitucional

O arcabouço fiscal está na pauta da sessão de amanhã convocada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL). Há um compromisso de Lira de manter o texto sem as mudanças no Fundo Constitucional do DF e aprovar como saiu do Senado, depois da atuação do relator, Omar Aziz (PSD-AM). Esse também foi um trabalho conjunto da bancada do DF, com forte atuação da deputada Erika Kokay (PT-DF), dos senadores Leila Barros (PDT-DF) e Izalci Lucas (PSDB-DF), além do empresário Paulo Octávio, presidente regional do PSD, e da vice-governadora Celina Leão (PP).

Parceria

Aliada do presidente da Câmara, Celina Leão entrou em campo para ganhar o apoio de Arthur Lira na defesa do Fundo Constitucional. Lira gosta muito da vice-governadora que se empenhou nas duas campanhas dele ao comando da Câmara.

Sem política na Justiça

Do ex-deputado federal e ex-coordenador da Lava-Jato no Ministério Público Federal em Curitiba, sobre a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro a oito anos de inelegibilidade: "O Poder Judiciário não é eleito e deve ser um órgão técnico, não político. Quando a cúpula do Judiciário extravasa os limites de seu poder ou decide de modo incoerente, explicitando que suas decisões são guiadas por vontades pessoais e não pela lei, mina o Estado de Direito e erode ainda mais a credibilidade da Justiça e a confiança na democracia." Perfeito. Mas é disso também que adversários acusam o senador Sérgio Moro (União-PR), na condenação de Lula.

"Ministro Benedito concluiu seu voto (bem fundamentado) pela inelegibilidade de Bolsonaro por 8 anos. Nada ficou de fora no TSE — o relator elencou o histórico de crimes do ex-presidente em detalhes. Momento histórico""

Ex-deputada Joice Hasselmann

Barbara Cabral/Esp. CB/D.A Press





SÓ PAPOS

Ao aplaudir a provável inelegibilidade de Bolsonaro, a esquerda cai em uma armadilha. Primeiro, porque será aberta uma avenida para novos quadros à direita, sem a mesma rejeição"

Ex-deputada estadual Janaina Pascoal

Minervino Junior/CB/D.A Press



ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

O desembargador Roberval Belinati, presidente do TRE-DF, foi homenageado na semana passada com a Medalha do Mérito Legislativo, na categoria Grã-Cruz, em reconhecimento ao trabalho prestado na organização das últimas eleições no DF e em 101 países, onde brasileiros puderam votar. Cerca de 150 pessoas participaram da solenidade. A proposta foi do presidente da Câmara Legislativa do DF, deputado distrital Wellington Luiz (MDB).

Geilson Lima/Assessor do deputad



Fraga: Bolsonaro perdeu para o "sistema"

Aliado de Jair Bolsonaro há mais de 20 anos, o deputado Alberto Fraga (PL-DF) acredita que o ex-presidente foi alvo do sistema de justiça que não o queria na política. "Bolsonaro perdeu a eleição para o sistema e agora, vendo que ele poderia voltar em 2026, arruma essa condenação absurda". Ele só não disse quem é o sistema.



MANDOU BEM

Depois de uma longa batalha, os servidores das forças de segurança do DF serão contemplados com a recomposição salarial de 18%, em duas parcelas, de acordo com PLN assinado e enviado pelo presidente Lula ao Congresso.



MANDOU MAL

Em 2023, 20 mulheres foram vítimas de feminicídio no Distrito Federal. O número supera o total de casos registrados durante todo o ano de 2022. Para a secretária da Mulher, Giselle Ferreira, esse tipo de crime se tornou uma epidemia na capital do país.



À QUEIMA-ROUPA

PROMOTORA DE JUSTIÇA LIZ ELAINNE MENDES, COORDENADORA DO NÚCLEO DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES – NEVESCA DO MPDFT

Ed Ferreira/MPDFT/Divulgação



A pedofilia é um crime grave. Há muitos casos no DF?

A obra do sociólogo Herbert Rodrigues *A pedofilia e suas narrativas. Uma genealogia do processo de criminalização da pedofilia no Brasil* reconstrói o percurso da pedofilia entre narrativas médicas e jurídicas, passando do desejo sexual por crianças às condutas passíveis de enquadramento na lei penal. As práticas de abusos sexuais envolvendo ou não o diagnóstico híbrido, da psiquiatria e da dogmática jurídica, em torno da pedofilia fazem parte de um contexto complexo de conceitos e normas criminais que o sociólogo Herbert Rodrigues considera no espectro das "sexualidades dissidentes". A emergência da criança e do adolescente como sujeito de direitos e do comando constitucional de prioridade absoluta da fruição desses direitos qualifica o debate sobre a gravidade da pedofilia e das violências mais amplas praticadas contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes. É preciso esclarecer que nem toda pessoa que pratica um abuso sexual é passível de ser qualificada como pedófila.

Por que diz isso?

Em sua maioria homens, os abusadores podem ser pessoas comuns, trabalhadoras e sem qualquer antecedente criminal. As estatísticas inclusive revelam que a imensa maioria de crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes é praticada por pessoas do convívio das vítimas, especialmente familiares. Nesse aspecto, temos a recente Lei Henry Borel que é uma ação afirmativa na defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes quando esses direitos são violados no ambiente doméstico e familiar, estabelecendo um regramento protetivo que dialoga com o sistema de garantia de direitos. Existe projeto de lei para tornar hediondo o crime de pedofilia. É importante lembrar que o crime de estupro já é considerado hediondo e, em consequência, tem um regime de cumprimento de pena mais severo e sanções criminais altas.

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios apenas entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022 apresentou 3.782 denúncias referentes aos crimes contra a dignidade sexual. Desse total, 1.799 foram de denúncias de estupro de vítimas vulneráveis, em sua maior parte menores de 14 anos"

Qual é a pena para o crime de pedofilia?

Existe projeto de lei com o objetivo de estabelecer um crime específico de pedofilia. Mas hoje podemos destacar o artigo 241 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que estabelece pena de reclusão de quatro a oito anos e multa para aqueles que foram condenados por vender ou expor à venda fotos, vídeos ou outros registros com cenas de sexo explícito ou pornográficas envolvendo crianças ou adolescentes. Para quem transmite ou disponibiliza esse tipo de conteúdo em meio virtual a pena de reclusão pode chegar de três a seis anos e multa. Além do ECA, o Código Penal em vigor incrimina diversas condutas que ofendem a dignidade sexual de crianças e adolescentes, como o estupro de vulnerável; a indução de menor de 14 anos a satisfazer a lascívia de outrem; a satisfação da lascívia mediante presença de criança ou adolescente; o favorecimento da prostituição e a divulgação de cenas de estupro de vulneráveis. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, apenas entre janeiro de 2019 e dezembro de 2022, apresentou 3.782 denúncias referentes aos crimes contra a dignidade sexual. Desse total, 1.799 foram de denúncias de estupro de vítimas vulneráveis, em sua maior parte menores de 14 anos.

Se ficar constatado que um criminoso tem um trauma relacionado, a pena pode ser reduzida?

É possível que a pessoa acusada de uma prática de crime seja submetida a um incidente de sanidade para verificar se, ao tempo da ação criminosa, tinha capacidade de compreender a ilicitude do fato e de se conduzir conforme essa compreensão. A depender do resultado da perícia, a pessoa pode receber ao final do processo uma redução da pena ou a substituição da pena por medidas de segurança que consistem em tratamento ambulatorial ou internação.

Como a vítima de um crime bárbaro como esse pode buscar ajuda do Poder Público?

Os serviços de educação, assistência social e saúde são todos portas de entrada para receber notícias de crimes e apoiar vítimas de violência à dignidade sexual. Ainda, temos o Conselho Tutelar, a Defensoria Pública, as delegacias de polícia, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público como órgãos de proteção atuando em várias instâncias para assegurar medidas de proteção e também a responsabilização de ofensores.

E nos casos de estupro de vulnerável?

Nos casos de estupro de vulnerável as vítimas contam com programa de interrupção gestacional no Hospital Materno Infantil de Brasília, não sendo necessária qualquer formalidade para obter acesso, nem mesmo qualquer registro policial, sendo recomendável que a saúde seja o serviço público procurado com maior prioridade, considerando profilaxias e tratamentos que podem prevenir doenças sexualmente transmissíveis e gravidez.Existe no Distrito Federal uma rede de proteção à criança e ao adolescente, além de promotorias e defensorias especializadas.

E o acesso à Justiça?

É preciso criar varas especializadas no processamento de crimes contra crianças e adolescentes vítimas e testemunhas de violência. Apesar da edição da Lei 13.431/2017, que demorou um ano para entrar em vigor, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios ainda não criou varas especializadas, sendo que no momento esses crimes estão abarrotando os juizados especializados na defesa das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, que já estavam assoberbados com demanda extenuante de trabalho. No momento, acreditamos que nem as mulheres nem as crianças e adolescentes estão recebendo prioridade no acesso à justiça, conforme a Lei Maria da Pena e a Lei Henry Borel determinam. Falta uma maior integração entre os serviços públicos e o sistema de justiça.

Como é a atuação do Ministério Público?

O Ministério Público tem participado ativamente para fomentar redes locais, provocando a discussão entre diversas atrizes sociais e institucionais, para adoção de fluxos e atendimentos no âmbito da rota crítica da violência em regiões administrativas, buscando evitar revitimização e violência institucional. Neste aspecto,destaco que no âmbito do MPDFT, além do Nevesca e das demais promotorias especializadas, foram criados recentemente quatro ofícios para acompanhar os casos tipificados na Lei Henry Borel.

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*